

Kelman não crê que ações judiciais impedirão obras no rio Madeira

Rafael Rosas
Rio de Janeiro

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, não acredita que ações na Justiça contra a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, serão capazes de impedir as obras das usinas. Segundo ele, o governo acertou ao apostar em um leilão como o realizado hoje, que licitou as linhas de transmissão dos dois empreendimentos, apesar de uma liminar que impede o início das obras de Jirau.

"O país tem que apostar que vai ter energia. Não concebemos que as concessões feitas para Santo Antônio e Jirau não resultem em sucesso na produção de energia", afirmou Kelman. "Hesitar em complementar essas obras com as linhas de transmissão, que são necessárias para trazer a energia para o centro de consumo, seria apostar no desastre e nós não apostamos no desastre, mas no sucesso", acrescentou.

Kelman ressaltou que o leilão de hoje mostrou alguma concorrência, apesar do deságio médio de 7,15%, o menor desde os 0,87% observados em uma concorrência em 2001 e o mais baixo desde que as subsidiárias da Eletrobrás foram autorizadas a participar das concorrências, em 2003.

"O deságio menor está explicado pelo preço teto mais bem ajustado e por um nível de competição que foi muito bom, mas foi um pouco inferior do que já se observou em épocas em que não havia nuvens no horizonte", disse Kelman.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Zimmermann, fez questão de frisar que a maior parte dos investimentos será feita por empresas privadas, uma vez que as subsidiárias da Eletrobrás fizeram parte de consórcios e ficaram limitadas a fatias de 49%.

No consórcio Integração Norte Brasil, que arrematou três dos sete lotes, Eletronorte e Eletrosul têm 24,5% cada uma, enquanto a Andrade Gutierrez Participações e a Abengoa Brasil detêm 25,5% cada. Já no Madeira Transmissão, que ficou com dois lotes, Furnas e Chesf têm 24,5% de participação, enquanto a Cteep fica com os 51% restantes.

Embora a Eletrobrás, como investidora individual, tenha a maior participação, Zimmermann destacou que para cada trecho leilado será constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), com participação máxima de 49% das estatais em cada uma, e fez questão de ressaltar a participação de empresas estrangeiras no leilão, como a Abengoa, a Cteep (que tem capital colombiano) e a Isolux, que não conseguiu arrematar nenhum lote.

Já o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, considerou que o leilão foi um bom teste para o país em um momento de profunda crise internacional.

"Nesse momento em que há restrição no mundo, (o leilão) é, do ponto de vista simbólico, um elemento muito forte de que a crise, no que diz respeito ao setor elétrico, ainda não chegou ao Brasil", salientou.

ROSAS, R. Kelman não crê que ações judiciais impedirão obras no rio Madeira. Valor Online, Mídia Online, 26/11/2008.